

### ARTIGO 2

*O Legislativo e as agendas internacional e de Defesa*

### DIPLOMACIA 3

*Patriota reconhece trabalho do Legislativo e pede celeridade na retificação de acordos internacionais*

### DEFESA 5

*A percepção da sociedade da importância da Defesa é um grande desafio”, afirma Celso Amorim*

### ARTIGO 7

*Royalties da Mineração: passo decisivo na modernização das Forças Armadas*

## CREDN aprova requerimentos para discutir espionagem dos EUA

MARCELO RECH

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou nove requerimentos para ouvir autoridades brasileiras responsáveis pelas áreas de inteligência, defesa, comunicações, relações exteriores, justiça, dois jornalistas investigativos e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon, convidado a sessão, sobre as denúncias de espionagem dos Estados Unidos ao Brasil.

Presidente da CREDN e também da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional (CCAI), o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) explicou que “cabe à participar dos esforços de compreensão do episódio, que se confirmado, representa prática atentatória à legislação interna e às normas de convivência internacional, colocando em risco, além das liberdades individuais, interesses econômicos e políticos nacionais”.

Sobre o encontro com o embaixador norte-americano, Pellegrino esclareceu que “tem por objetivo, colher elementos indispensáveis para avaliação dos fatos bem como o impacto das denúncias à segurança nacional”. Ele acredita que as explicações irão permitir que a CCAI qualifique sua participação no debate das novas regras para a segurança cibernética e das telecomunicações.

Pellegrino quer ouvir ainda o jornalista Bob Fernandes



**Nelson Pellegrino: Não podemos discutir que medidas devem ser adotadas sem antes termos o diagnóstico correto a respeito do que aconteceu e das nossas vulnerabilidades**

que tem pesquisado há alguns anos informações relacionadas ao monitoramento das comunicações eletrônicas de brasileiros pela NSA e a CIA.

Na quarta-feira, 10, ele participou com os deputados Carlos Zarattini (PT-SP), Perpétua Almeida (PCdoB-AC) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), da audiência conjunta da CREDN com as comissões de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia do Senado, que ouviu os ministros Antonio Patriota, das Relações Exteriores, Celso Amorim, da Defesa, e José Elito Siqueira, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. “Não podemos discutir que medidas devem ser adotadas sem antes termos o diagnóstico correto a respeito do que aconteceu e das nossas vulnerabilidades”, afirmou.

Para a deputada Perpétua Almeida que também é presidente da Subcomissão

dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, o Brasil deve refletir acerca das parcerias que estão sendo montadas para grandes projetos como o SISFRON, o SisGAAZ e o PROTEGER, bem como sobre a aquisição dos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB). “A história registra que códigos são negados e equipamentos deixam de funcionar quando questões estratégicas e políticas estão em jogo. Não podemos ignorá-los principalmente quando o maior interesse é a modernização das nossas Forças Armadas”, explicou.

Na avaliação de Carlos Zarattini, “este episódio cobra uma reação contundente do Brasil. Trata-se de uma questão de soberania nacional”, afirmou. Já Eduardo Azeredo informou que o PSDB votou a favor da moção de repúdio aos Estados Unidos aprovada pela Câmara dos Deputados, mas pediu que a questão fosse tratada dentro da sua real dimensão.

## ARTIGO

## O Legislativo e as agendas internacional e de Defesa

LEONARDO PRADO



Nelson Pellegrino

Os últimos dez anos foram marcados por uma contundente ascensão internacional do Brasil. Ao diversificar sua pauta de exportações, o país também conseguiu ampliar quantitativa e qualitativamente suas parcerias em todos os continentes e deixou para trás o papel de coadjuvante para tornar-se protagonista na cena internacional.

A decisão política de abrir mercados para os produtos brasileiros fora dos destinos tradicionais gerou críticas e, muitas vezes, foi reduzida a questões ideológicas. No entanto, a imagem do Brasil no exterior fortaleceu-se e empresas de todos os setores ganham cada vez mais contratos públicos e privados mundo afora.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) transformou-se num verdadeiro motor da integração ao financiar empresas brasileiras para a execução de obras complexas na América Latina e na África, em especial.

Determinado a entrar de vez no clube das potências que influenciam a geopolítica, o Brasil também fez o dever de casa. Implementou políticas sérias, promoveu o resgate social da sua população, potencializou sua economia com uma indústria moderna e, mais importante, firmou-se como nação confiável, capaz de dialogar com os mais antagônicos atores internacionais.

Mas, política externa não se faz de um dia para o outro e menos ainda, sob as luzes dos holofotes e da efemeridade. Foi preciso semear, trabalhar nos bastidores e ocupar os

espaços que não tardaram em aparecer.

Nossa vocação latino-americana expandiu-se e consolidou-se. Somos membros dos BRICS, integramos o Foro IBAS, respaldamos a UNASUL como principal mecanismo de concertação política regional, apostamos num Mercosul ampliado e emplacamos nossos diplomatas no comando de organismos como a OMC, por exemplo, com Roberto Azevêdo.

Nada disso foi conquistado à toa. É fruto de uma diretriz estratégica que privilegiou as relações Sul-Sul, um marco histórico que provocou um redese-

nho da ordem mundial.

E a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sintonizada com o momento internacional, trabalha para fomentar a cooperação e o fortalecimento dos laços, inclusive na área da Defesa, segmento cada vez mais relevante para a estatura política do país. Por meio dos nossos debates, contribuimos para o aperfeiçoamento das nossas políticas externa de defesa. E esta postura cobra um maior reconhecimento interno acerca dos relevantes serviços prestados pela diplomacia parlamentar.

**Nelson Pellegrino (PT-BA) é o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**

**H**oje, o Brasil é respeitado na América Latina, na África para onde se voltou com uma política afirmativa, na Europa para quem se tornou exemplo, para a Ásia onde suas empresas são responsáveis por obras de grande envergadura, admirado na Oceania por sua aproximação efetiva. Nos Estados Unidos, são cada vez mais intensas as vozes que pedem o reconhecimento de Washington à grandeza, importância e liderança do Brasil.



DIPLOMACIA PARLAMENTAR

# Chanceler reconhece trabalho do Legislativo e pede celeridade na retificação de acordos internacionais

**Marcelo Rech**

Filho de pai jornalista e diplomata, Antonio de Aguiar Patriota, carioca, assumiu como ministro das Relações Exteriores em 1º de janeiro de 2011. Formado em filosofia pela Universidade de Genebra, ingressou no Instituto Rio Branco em 1979 - onde teve o melhor desempenho acadêmico entre todos os alunos de sua turma.

Em Brasília, foi Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe de Gabinete do chanceler Celso Amorim, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, Embaixador do

Brasil nos Estados Unidos e Secretário-Geral das Relações Exteriores.

No exterior, serviu na Missão Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Genebra, na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, onde integrou a Delegação brasileira no Conselho de Segurança; e além de Washington, trabalhou nas embaixadas do Brasil em Caracas e Pequim.

Nesta entrevista exclusiva, Patriota destaca os avanços conquistados pela Política Externa Brasileira, avalia os cenários regional e global e defende a política externa de continuidade que abriu as portas da comunidade internacional para o protagonismo brasileiro.

**Acompanhe:**

**Ministro, no Brasil, a condução e formulação da política internacional sempre foi uma prerrogativa do ministério das Relações Exteriores, mas na última década, especialmente, prefeituras, governos de estado,**



MARCELO RECH

Ministro Antonio Patriota (D) e o deputado Nelson Pellegrino

**partidos políticos, empresas e até ONGs, organizaram secretarias de Relações Internacionais. Até que ponto esta tendência fortalece a missão do Itamaraty como principal formulador da política externa brasileira?**

**Antonio Patriota:** A política externa é formulada pela presidenta da República. O Itamaraty participa desta formulação, - e a executa, mas em função do nosso amadurecimento democrático, é natural que o Itamaraty busque uma interlocução mais ampla e plural não só dentro do governo, como com o Legislativo, o Judiciário, os Estados e Prefeituras e também com a sociedade civil. Um bom exemplo disso foi a organização da Rio+ 20, que contou com uma comissão nacional durante todo o processo preparatório, com representantes de vários ministérios, dos Três Poderes, de entidades civis, do setor privado, da academia, segmentos da juventude, povos indígenas, etc. E este processo inclusivo

e bem sucedido foi mantido, tanto que já voltou a se reunir. Organizamos, também, seminário congregando as comunidades de origem judaica e árabe no Brasil, que intitulamos de "Lado a Lado". Também é uma iniciativa que visa buscar uma interlocução com estes grupos, com a confederação israelita brasileira, a Câmara de Comércio Árabe Brasileira, entre outros. Sabemos que estes grupos convivem no Brasil em harmonia e não há por que eles não conversarem, de modo a fortalecer nossa ação no exterior em favor da paz no Oriente Médio, demonstrando que aqui pode haver diferenças de opinião, sendo as diferenças resolvidas no debate, no diálogo e na conversa. Além de tudo isso, eu determinei a alguns assessores meus que estudem como outros países democráticos com interesse também na interlocução ampla têm-se organizado para criar mecanismos de coordenação entre a chancelaria e o ministério

de Relações Exteriores local e estas sociedades. E em função deste estudo, vamos criar aqui também estes mecanismos. Estou em tratativa com o ministro Gilberto Carvalho e a assessoria dele para até o final deste ano criarmos um mecanismo desta natureza.

**No Congresso Nacional, cabe às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional debater os temas da agenda de política externa do Brasil, e ratificar ou não os acordos internacionais. O que precisa ser aperfeiçoado para que este trabalho seja consolidado e contribua de forma concreta**

**com os esforços da diplomacia brasileira?**

**Antonio Patriota:** Aperfeiçoar talvez signifique, no caso, acelerar um pouco, pois tem demorado muito o processo de ratificação. Não é necessariamente responsabilidade do Congresso, do Legislativo, o fato de demorar, por que às vezes tramita em outros ministérios; o próprio Executivo pode ter alguma lentidão. Mas um país que tem relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas e um número muito grande de embaixadas como temos hoje e que recebe um número muito superior de ministros que costumava receber há dez anos e está sempre assinando acordos, precisa agilizar essas ratificações. Além disso, o Congresso tem um papel muito importante de acompanhamento, de caixa de ressonância, de saber o

Continua na  
página 4

MARCELO RECH



Antonio Patriota

## Continuação

que as diferentes regiões do Brasil estão pensando, por que além desse perfil internacional mais versátil, mais dinâmico, também surgem situações novas na nossa própria região, pois as fronteiras passam a ser fronteiras mais vivas. Um exemplo é a questão dos haitianos na fronteira do Acre com o Peru. Hoje em dia, já podemos viajar de automóvel até a Costa do Pacífico pelo Acre ou até a Venezuela por Roraima, etc., e vão surgir novos desafios.

**Tramita na Câmara dos Deputados, projeto de resolução que pretende acelerar a discussão e ratificação de tratados e acordos internacionais. Até que ponto uma maior celeridade na apreciação destas matérias impacta a política externa brasileira?**

**Antonio Patriota:** Impacta de muitas formas. Os acordos podem ser de natureza muito variada, como, por exemplo, um acordo de livre comércio como o que o Mercosul assinou com o Egito, que aguarda ratificação. A partir da entrada em vigor de um acordo como este surgem novas possibilidades de nós colocarmos nossos produtos no Egito e do Egito colocar seus produtos no Brasil. Há um dinamismo grande, hoje em dia, do comércio com os países em desenvolvimento, com os países da África. Outro tipo

de situação são os acordos que tratam, por exemplo, de cooperação em alta tecnologia, com parceiros altamente desenvolvidos, ou mesmo em áreas como defesa e outras que têm significado para as agendas de desenvolvimento da competitividade industrial nacional. Temos realizado progressos a olhos vistos em uma série de áreas: erradicação da pobreza, melhoria da situação social dos brasileiros, crescimento da classe média, desenvolvimento da infraestrutura agrícola e agora enfrentamos o desafio do desenvolvimento da competitividade industrial.

**A Diplomacia Parlamentar influencia nos resultados da política externa brasileira? Como?**

**Antonio Patriota:** Um dos traços que definem o Brasil contemporâneo é a democracia, o compromisso com a democracia. O Parlamento é um dos símbolos da democracia. Sem um parlamento representativo, legítimo, ativo e que acompanhe as diferentes áreas de atuação do governo, é difícil caracterizar uma sociedade como plenamente democrática. Nós temos o Parlamento do MERCOSUL, por exemplo, onde já existe uma previsão bastante estruturada, institucionalizada, de participação de parlamentares. Há também, o projeto do Parlamento da UNASUL que talvez se crie em Cochabamba, na Bolívia, possibilidade concreta de atuação dos nossos parlamentares no plano internacional. Além disso, as missões parlamentares a países amigos ou a organismos internacionais para acompanhar, por exemplo, os trabalhos das Nações Unidas ou os trabalhos da Organização Mundial do Comércio são muito bem vinda, pois refletem esse compromisso com a democracia e

essa disposição do Poder Executivo de tratar dos assuntos de maior importância e estratégicos para a política brasileira com um universo maior de interlocutores.

**No ano passado, a Comissão de Relações Exteriores organizou o seminário “Brasil: deveres e responsabilidades no Oriente Médio”. Neste contexto de dever e responsabilidade, como o senhor analisa a questão síria, a situação do Irã, e o conflito Israel-Palestina que para muitos está sendo deixado de lado, quando deveria ser a prioridade a ser atacada para que a estabilidade da região fosse realmente conquistada?**

**Antonio Patriota:** A primeira avaliação que eu faço, e eu concordo com você, a questão Israel-Palestina não pode ser deixada de lado por que ela é nevrálgica e influencia em todo o ambiente político, no mundo árabe, no Oriente Médio. Em outras palavras, é impossível nós concebermos um futuro de paz, cooperação, estabilidade no Oriente Médio sem abordarmos de maneira muito incisiva a questão Israel-Palestina e sem trabalharmos pela criação de um Estado Palestino em particular. Essa que é a grande questão. Israel já existe. É uma realidade! Foi fruto de um entendimento que surgiu do flagelo da Segunda Guerra Mundial e da tragédia do Holocausto, mas o plano era a criação de dois Estados. E o segundo Estado ainda está por ser criado. Nós vemos Israel estabelecendo assentamentos em desafio ao Direito Internacional, em desafio a resoluções do Conselho de Segurança. É muito importante que aqueles de maior poder de influência sobre a região, assumam esta responsabilidade. Eu vi no Secretário de Estado John Kerry uma disposição firme nesse sentido. Mas outros países que têm boas relações

com os dois lados, e o Brasil é um amigo de Israel, devem atuar com maior protagonismo. Eu visitei os dois lados ano passado e mantive contatos no mais alto nível: presidente, primeiro-ministro, chanceler, ministro da Ciência e Tecnologia em Israel e também de forma semelhante do lado Palestino, onde mencionei os nossos seminários da iniciativa “Lado a Lado”. Quanto à Síria e Irã, nós temos sublinhado muito a importância do diálogo, da negociação, da diplomacia e, digamos assim, a ilusão que pode trazer a militarização como solução para estes conflitos. Estes conflitos não serão resolvidos, estas situações não serão resolvidas pela via militar e, sobretudo, pela via militar unilateral, que precisa ser cada vez mais rechaçada e excluída do hall das ações internacionais possíveis. Neste ano se cumpriram dez anos da intervenção militar no Iraque, que se deu à margem do Direito Internacional, sem autorização do Conselho de Segurança. O Iraque continua a ser um país instável, sujeito a violência, a ataques terroristas. Hoje em dia cada vez mais se diz que não há solução militar para aquela situação, como não há solução militar para o Afeganistão. O próprio presidente Barack Obama, no seu discurso de inauguração do segundo mandato, afirmou: “Encerramos uma década de guerras. Queremos iniciar um período de busca da paz pelo entendimento, pela negociação, pela diplomacia”. É importante que estas palavras se transformem na nova realidade e como eu tenho dito, à medida que o mundo fica mais multipolar e à medida que as nações reconhecem os limites da ação militar, nós temos mais chances para que o multilateralismo funcione, ou seja, que as Nações Unidas e a diplomacia produzam resultados.



DEFESA

## “A percepção da sociedade da importância da Defesa é um grande desafio”, afirma Celso Amorim

RENATO ARAÚJO



Ministro Celso Amorim

### Marcelo Rech

*Ele já foi considerado “o melhor chanceler do mundo” pela revista Foreign Policy e após oito anos como ministro de Relações Exteriores no governo Lula, assumiu a pasta da Defesa em 4 de agosto de 2011.*

*Entre 1995 e 2003, atuou como representante do Brasil no exterior em diversos países e Organizações Internacionais, em áreas que variavam entre o sistema multilateral de comércio e a cooperação humanitária internacional. Em 1995, foi indicado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para chefiar a Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, em Nova Iorque, função que exerceu até 1999, tendo, durante esse período, assumido a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas.*

*Em entrevista exclusiva ao Jornal CREDN, Celso Amorim fala dos desafios à frente do ministério, da parceria com o Legislativo e da agenda internacional no campo da Defesa.*

**Quando o senhor assumiu, muitos apostaram numa espécie de mandato-tampão, que o senhor não duraria muito tempo, principalmente por ser um diplomata de carreira e supostamente encontrar resistências por parte dos militares. Isso foi pesado na hora de aceitar o convite da presidenta Dilma Rousseff?**

**Celso Amorim:** A presidenta Dilma tem muito mais elementos do que eu para julgar. Eu, do ponto de vista pessoal, sempre tive boas relações com os militares. Não tenho problemas. O fato de ser diplomata, que é uma carreira organizada, ajudou, mas eu já era ministro há muitos anos. Eu não saí do serviço ativo da diplomacia. Eu era ministro há oito anos no governo Lula e havia sido ministro por um ano e meio no governo do presidente Itamar Franco. Já tinha um convívio de outra natureza com os militares.

**Qual o principal desafio à frente do ministério da Defesa, levando em consideração principalmente a ascensão política do Brasil na cena internacional? O papel da diplomacia militar, por exemplo?**

**Celso Amorim:** Apontar um desafio único é difícil de assinalar. A própria sociedade brasileira tem que entender a importância da defesa. Entendendo justamente esta questão do patamar que o Brasil atingiu na ordem internacional, os recursos naturais que tem. Há uma série de questões que fazem com que a gente pense na necessidade de o Brasil defender-se. Um grande trabalho foi feito no passado recente. Pelo meu antecessor e outros ministros

com a Estratégia Nacional de Defesa. É preciso que a sociedade entenda isso. Um grande desafio estamos cumprindo com a entrega ao Congresso, da nova edição da Estratégia Nacional, o Livro Branco e a Política Nacional de Defesa. Este é o desafio. A sociedade precisa compreender a defesa. Não é pensar que tem que ter soldado na rua quando você tiver uma crise como tivemos no morro do Alemão, no Rio. O Brasil é um dos maiores países do mundo, uma das maiores economias, um grande detentor de recursos naturais e precisa ter também uma defesa à altura. Este é um grande desafio, a percepção da sociedade da importância da Defesa.

**Nos últimos anos o Brasil tem se destacado muito com missões de paz. Acaba de assumir agora a liderança no Congo. O que essa participação do Brasil nas missões de paz, impacta na consciência da sociedade sobre o papel da Defesa?**

**Celso Amorim:** É muito importante para o Brasil perceber que está contribuindo para a tranquilidade também em outros países. Isso é natural. Você não pode imaginar que no mundo se possa viver de carona. Você não pode participar do comércio internacional, do turismo internacional, das relações culturais e educacionais internacionais e não se preocupar com a segurança. Não contribuir com a segurança para a paz. O Brasil tem feito isso. Em lugares onde o país faz a diferença. Foi o caso dos países de Língua Portuguesa, com os casos de Angola e Moçambique no passado, Haiti no presente,

o Líbano onde temos uma fragata. E não é algo novo, o Brasil participou de Suez. Então, o Brasil sabe que precisa contribuir para a paz. Durante algum tempo isso ficou em segundo plano. Mas agora com estas interações recentes voltou a aparecer. E é compatível com o papel que o Brasil tem no mundo até por que o Brasil não se envolve em ações que não sejam as da ONU. Não tem se envolvido e não quer se envolver. E é muito importante você apoiar as ações da ONU.

**O senhor está satisfeito com o trabalho realizado pelo Legislativo na discussão dos temas da Defesa?**

**Celso Amorim:** Eu não tenho queixa do Legislativo seja na apreciação de acordos ou na discussão dos temas em geral de Defesa. Tenho tido sempre cooperação do Senado, da Câmara e tenho também sempre procurado estar presente. Esse diálogo é muito importante e faz parte daquela primeira prioridade que te falei da sociedade brasileira, e as representantes diretas da sociedade são justamente as duas câmaras do legislativo que podem e devem acompanhar estes temas.

**Neste sentido, a Subcomissão Permanente para os Projetos Estratégicos das Forças Armadas reforça o papel do Legislativo?**

**Celso Amorim:** É uma grande novidade esse ano. Pela primeira vez nós temos alguns projetos comuns de maior volume justamente do PAC. Esta é uma discussão que a precisa ser perma-

Continua na  
página 6

## DEFESA

## Continuação

nente e se sabe que isso é um processo complexo de negociação mesmo dentro do governo e que o governo também tem que atender outros temas. Então é compreensível. Mas, o fato do Legislativo ter uma Subcomissão para tratar destes temas é de extrema importância.

**O senhor está satisfeito com o processo de evolução da integração regional no âmbito da Defesa?**

**Celso Amorim:** Eu acredito que temos que evoluir mais. Mas eu estou satisfeito com a evolução. Por nós estarmos evoluindo na direção correta. Dentro de uma visão da importância da defesa, a cooperação sul-americana é fundamental. Eu sempre digo, a nossa política de defesa tem duas dimensões básicas: cooperação e dissuasão. Na América do Sul e talvez também um pouco da Costa Ocidental da África, mas, sobretudo na América do Sul, a dimensão é cooperação. Nós temos que aprofundar esta cooperação. Iniciativas como a do Conselho de Defesa têm sido muito importantes. Ele já contribuiu para eliminar tensões entre outros países. Também está tratando de projetos industriais de defesa que é algo muito importante. Estamos discutindo a parte da doutrina, algo que não se faz da noite para o dia. Isso não é assim. Isso é uma evolução. Mas o fato de nós podermos ter um foro onde discutir no nível de ministros, de Estado-Maior, é uma grande evolução. O curso avançado de defesa que realizamos no Rio se propõe a discutir os temas da defesa e irá permitir que a gente construa uma doutrina sul-americana de defesa.

**E em relação às prioridades do Brasil na área de defesa: Atlântico Sul, o entorno regional, a África e as relações dos BRICs**

**nesta área, como avalia?**

**Celso Amorim:** Há muitos aspectos. Do ponto de vista geopolítico, temos que nos preocupar mais diretamente com América do Sul e o continente africano, sobretudo da Costa Ocidental por meio da cooperação. Aí nossos objetivos são comuns. Evitar inclusive que as chamadas novas ameaças como a pirataria, o crime organizado, e etc. possam se fortalecer. Temos fronteiras muito longas, um Atlântico Sul historicamente menos policiado. Agora, os BRICs oferecem perspectivas de novas parcerias. O Brasil é um país que tem que diversificar suas parcerias. Ele não pode continuar com os parceiros tradicionais. Quanto a isso não restam dúvidas. Com a Europa, os Estados Unidos, continuaremos. Mas, precisamos acrescentar a estes parceiros tradicionais, novos parceiros como China, Rússia e Índia. É mais lógico você pensar que vai fazer um projeto com um país do seu nível do que com um país que está muito mais avançado, pois ele vai tentar vender tudo pronto. A comparação com os BRICs se inscreve neste quadro. Para ilustrar, nós temos um projeto de míssil ar-ar, ou seja, de avião para avião com a África do Sul. A África do Sul apesar de ser um país relativamente menor é muito avançado em certos aspectos. Com a Índia temos um avião da Embraer com um radar indiano. Este projeto exigiu uma adaptação, um conhecimento grande deles do nosso avião e um conhecimento nosso do radar deles. Então quem sabe no futuro nós tenhamos um projeto conjunto Brasil - Índia. A Rússia até hoje não falou mais do que como fornecedor, mas eles sabem muito bem que para continuarmos a parceria vamos ter que trabalhar na base de projetos conjuntos. E eles têm conversado nesta base que diz respeito, por exemplo, a questão de defesa

antiaérea, por exemplo. Com a China desde que eu entrei aqui não há nenhum grande projeto, mas nós temos uma experiência muito interessante com a China para a defesa que é o satélite Cybers. É um satélite civil de sensoriamento remoto. Como eu disse, há muitas coisas e há outros países, como a Turquia, também, que são países emergentes com os quais temos possibilidades interessantes de cooperação. Eu quero fazer um VANT com os Estados Unidos, eu quero fazer uma corveta com a França, mas um país como a Turquia ou como a Índia você vai dizer, vamos ver o que cada um tem de melhor, então eu acho que é importante termos esta cooperação com os países como do BRICs, a Turquia e outros países emergentes. Nós também estamos vendendo para a Indonésia e Malásia e não podemos deixar de lado estas parcerias novas.

**Os países tradicionais já entenderam esta nova visão do ministério da Defesa?**

**Celso Amorim:** Eu acredito que sim. Nós temos agora esta questão do submarino com a França. Claro que o desenho é deles. Mas nós estamos aprendendo a projetar submarinos, para usar um termo internacional, uma das coisas mais importantes, estamos aprendendo a tecnologia de lidar com submarino nuclear, quer dizer a parte nuclear é nossa, então, eu acho que sim. Eu acho que há esta percepção. Mas é claro que quanto mais opções nós tivermos, melhor será nossa posição de barganha numa discussão com qualquer parceiro.

**O senhor falou publicamente sobre a eleição do embaixador Azevedo para a OMC e da decepção em ver países parceiros trabalhando contra esta candidatura. O Brasil deve ou não retaliar estes países?**

**Celso Amorim:** Eu traba-

lhei muitos anos no ministério das Relações Exteriores, eu trabalhei muitos anos junto com a OMC, fui embaixador lá, e não gostava de usar esta palavra retaliação. A gente tem que levar em conta tudo que se passa, tudo tem que entrar nos nossos cálculos, como os países se comportam. Também não vamos fazer aí e o importante é que agora esses países cooperem com a missão do Roberto Azevedo lá na OMC. Vamos tratar isso como deve ser tratado.

**O Irã tem interesse em trabalhar com o Brasil na área de defesa. Há um interesse específico com relação ao Programa Espacial e a venda de mísseis. É possível conversar com o Irã sobre a área de Defesa?**

**Celso Amorim:** Isso não está na agenda no momento.

**No início do governo Lula, implementou-se a diplomacia militar com a doação de equipamentos para os países vizinhos. O senhor considera que o Congresso compreende esta política e o seu impacto para o Brasil e a região?**

**Celso Amorim:** Nunca vi dificuldade não. Às vezes, o problema é mais nosso, mais de burocracia. Talvez, o Congresso demore por questões de procedimento. Eu nunca vi nenhuma resistência do Congresso e nós temos feito doações aqui na América do Sul para a Bolívia, para o Suriname, na verdade o Suriname já tinha lá e nós estamos repotencializando. Mas têm vários. Vários casos desse tipo que agora também pretendemos em breve fornecer bons aviões assim para Moçambique. Antes houve, mas já faz algum tempo, também uma doação para Namíbia. Eu nunca vi uma dificuldade política a este respeito. Até por que nós somos cuidadosos e a doação de equipamento militar a gente faz para países que não têm nenhum problema de outra natureza.

ARTIGO

RENATO ARAÚJO



Perpétua Almeida

## Royalties da Mineração: passo decisivo na modernização das Forças Armadas

**E**m 2012, quando presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, propus a criação da Subcomissão Permanente dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas determinada a buscar, com o apoio dos demais integrantes da CREDN, da academia e de especialistas civis e militares, uma alternativa viável para a mo-

dernização e implementação dos nossos programas militares.

Como medida concreta, apresentei emenda que destina recursos da mineração para a manutenção das nossas Forças Armadas. A criação de uma “participação especial” na exploração dos recursos minerais, a exemplo da já existente sobre a exploração do petróleo.

Buscamos aferir uma pequena parcela do valor necessário para o financiamento dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas. Numa conta simples, poderíamos chegar em 2014 a cerca de R\$ 5 bilhões a depender do

desempenho do setor. Na melhor das hipóteses, estaríamos apenas repondo os recursos que a Marinha – com enormes responsabilidades na proteção de nossos recursos naturais – perderá ao deixar de ter recursos vinculados dos royalties do petróleo. Apenas em 2012, estes recursos representaram receita de R\$ 2,4 bilhões

Para o setor de Defesa há absoluta indefinição quanto a recursos novos para financiar o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED), estimados em R\$ 400 bilhões, em aproximadamente, em 20 anos. Com os recursos atuais, es-

tima o Ministério da Defesa, apenas ¼ do PAED seria financiado. Não por acaso faz-se necessário aumentar de 1,5% para 2% os gastos em Defesa como proporção do PIB em dez anos para viabilizar o financiamento do PAED. Numa conta simples, trata-se da exigência de R\$ 20 bilhões adicionais/ano.

Para os objetivos geopolíticos e estratégicos brasileiros, entretanto, estaremos dando um passo, mas um passo decisivo.

**Perpétua Almeida (PCdoB-AC) é presidente da Subcomissão Permanente dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas.**

COMANDO DO EXÉRCITO



A deputada Perpétua Almeida é recebida pelo Comandante-Geral do Exército, General Enzo Peri

**N**o caso da Indústria de Defesa trata-se de setor com altíssimo valor agregado. Enquanto o valor médio US\$/kg na mineração (ferro) equivale a dois centavos de dólar, na área de Defesa contabilizamos um valor agregado de 200 para foguetes; de 2 mil para mísseis; entre 2 mil e 8 mil para aviões militares, e de até 50 mil satélites.

No setor de Petróleo e Gás, em 2010, a participação especial correspondeu a R\$ 11,6 bilhões; em 2011, a R\$ 12,6 bilhões. A presente proposta não alcançará tais

valores, mas representará importante aporte de recursos ao equipamento das Forças Armadas e ao fortalecimento da Indústria Nacional de Defesa.

A Indústria mineral brasileira vive um boom extraordinário nos últimos anos, ao passo que os recursos para reaparelhar as Forças Armadas brasileiras sofrem com intermitências, contingenciamento e falta de recursos para financiar os grandes projetos estratégicos, decisivos para elevar a estatura do Brasil no mundo.



# Decisão de europeus de fechar o espaço aéreo para o presidente da Bolívia é criticada na CREDN

MARCELO RECH

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Nelson Pellegrino (PT-BA), criticou a decisão de Portugal, Espanha, França e Itália, de fechar o espaço aéreo para a aeronave que levava o presidente boliviano Evo Morales da Rússia para La Paz, na terça-feira, 2. Segundo ele, “a decisão de impedir que uma aeronave presidencial sobrevoasse o espaço aéreo desses países viola tratados internacionais e revela uma postura que não condiz com os preceitos diplomáticos e precisa ser urgentemente revista”.

Na avaliação do presidente da CREDN, “a simples suspeição de que no avião estaria o ex-agente norte-americano Edward Snowden, não justifica o constrangimento sofrido pelo presidente Evo Morales e



**Pellegrino: a decisão de impedir que uma aeronave presidencial sobrevoasse o espaço aéreo desses países viola tratados internacionais**

pela Bolívia, principalmente quando a Europa cobra explicações dos Estados Unidos por denúncias de espionagem em seu território”.

O deputado também considerou positiva a decisão da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), de reunir os chefes de Estado para discutir o assunto. “A

Unasul foi criada, entre outras coisas, para distensionar as relações entre vizinhos e fortaleceu-se como mecanismo de concertação política regional. Não se trata apenas de solidarizar-se com a Bolívia, mas de mostrar firmeza para que eventos semelhantes não se repitam”, explicou.

Nelson Pellegrino elogiou

ainda a presidente Dilma Rousseff que em nota, expressou o apoio do governo brasileiro à Bolívia e ao seu presidente, além de manifestar total e irrestrito apoio às iniciativas multilaterais que venham a ser discutidas no âmbito da Unasul.

## Mercosul

Na avaliação de Nelson Pellegrino, a discussão deste assunto e das denúncias de espionagem dos Estados Unidos ao Brasil e a países europeus e latino-americanos, na recente reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em 12 de julho em Montevideo, revela “que o bloco está sintonizado e integrado em torno de um projeto de integração que não é meramente comercial, mas também político e que guarda forte relação com a soberania dos Estados e da nossa região”.

## NOTA OFICIAL

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional, expresso, por meio da presente, preocupação com as denúncias publicadas pelo jornal O Globo, em sua edição deste domingo, 7 de julho, de que agências de inteligência dos Estados Unidos estariam monitorando as comunicações eletrônicas de cidadãos e organizações brasileiros, ao mesmo tempo que apoio a iniciativa do chanceler Antonio Patriota de exigir explicações por parte do governo norte-americano a respeito das gravíssimas violações apontadas com base nas revelações do ex-agente estadunidense Edward Snowden.

Rechaçar essa prática atentatória à legislação interna e às normas de convivência entre as nações não é uma questão ideológica, mas uma reação necessária face à gravidade da ofensa, que atinge também inúmeros outros países, colocando em risco, além das liberdades individuais, interesses econômicos e políticos estratégicos.

Informo que em reunião plenária deste colegiado, a ser realizada no dia 10 de julho, pretendo propor a realização de audiência pública da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), para discutir o impacto dessas denúncias à Segurança Nacional.

No Congresso Nacional brasileiro, onde está em pauta a criação de um novo marco civil da Internet, que esse episódio sirva para acelerar a tramitação das matérias pertinentes, de modo a conferir maior segurança e liberdade às nossas comunicações.

Expresso o apoio desta Presidência às iniciativas já adotadas pelo governo brasileiro de promover junto à União Internacional de Telecomunicações (UIT), a discussão de novas regras multilaterais sobre a segurança das telecomunicações, e no âmbito das Nações Unidas, de medidas contundentes para impedir abusos e a invasão da privacidade dos usuários das redes virtuais, e o fortalecimento da segurança cibernética, dos direitos humanos, e da soberania dos Estados.

BETO OLIVEIRA



**NELSON PELLEGRINO**

*Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional*